

Cartilha Educação Patrimonial



PIBID HISTÓRIA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O que é tombamento?

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do Iphan e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.

Como se dá o processo de tombamento?

O processo de tombamento começa com uma avaliação técnica preliminar, depois é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Caso seja aprovada a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Essa notificação significa que o bem já se encontra sob proteção legal, até que seja tomada a decisão final, depois de o processo ser devidamente instruído, ter a aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a homologação ministerial publicada no Diário Oficial. O processo finalmente termina com a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários. Esse processo pode ocorrer tanto para o patrimônio material, quanto imaterial.

O que é Patrimônio Cultural?

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o país cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros.

Patrimônio Material

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Patrimônio Imaterial

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O que é Educação Patrimonial?

Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam pra conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação ao com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial!

Theatro Polytheama Esperança

Carlos O. P. da Cunha

O "Theatro Polytheama Esperança", como era conhecido inicialmente, foi inaugurado em 1897, após dez anos do início de sua construção. A edificação divide-se entre o

foyer e a parte central. A parte central eleva-se em quatro níveis: no térreo, a plateia; no segundo e terceiro pavimentos as galerias circundantes e no quarto pavimento o público geral, conhecido na época como poleiro, onde as pessoas assistiam aos espetáculos em pé e o *foyer* seria a área de espera. Na área do palco, encontra-se os camarins e passadiços de acesso aos mecanismos de cenários e cortinas. Os bastidores podiam movimentar até oito cenários. O Teatro Esperança foi palco de importantes apresentações de companhias nacionais e estrangeiras. Mas por tratar-se de um teatro politeama, abrigava vários tipos de atividades, não só as teatrais. Pela possibilidade de remoção das cadeiras e do assoalho, o teatro poderia transforma-se em um salão de bailes ou em um picadeiro para toda a sorte de atividades: como apresentações circenses, remates de gado e etc. Além de teatro, salão de bailes, e outras tantas funcionalidades, a partir do início do século XX, o teatro também funcionou como cinema.

Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves

Edson S. L. de Araujo

A casa que abriga o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves foi usada como residência por quase 100 anos. O espaço foi pensado originalmente para resguardar a intimidade e o cotidiano da família. Com a transformação em museu, a casa perdeu o seu caráter privado, proporcionando uma abertura desse espaço, transpondo a barreira do privado que proporcionava o distanciamento necessário entre a família e a sociedade. Durante a visita, pode-se conhecer um pouco do cotidiano de uma família aristocrata do final do século XIX. Hoje, é possível conhecer ambientes como o banheiro, quartos e cozinha, o que era impensável aos habituais visitantes da família. O acervo do museu conta com roupas, móveis e objetos pessoais dos antigos moradores. Carlos Barbosa se formou em medicina e trilhou carreira política no estado, exercendo diversos papéis na cidade de Jaguarão, tais como a provedoria da Santa Casa de Caridade, participação na Sociedade Emancipadora Jaguareense, a participação na associação responsável pela construção teatro Esperança, dentre outras. O Museu é um importante espaço para se pensar o passado e o presente da cidade, tendo em vista a participação de Carlos Barbosa em diversos processos políticos, econômicos e sociais que movimentaram os processos históricos de formação do município.

Enfermaria Militar

Eleandro R. Viana

Localizada no Serro da Pólvora, começou a ser erguida em 1880 por ordem do Ministro de Guerra Visconde de Pelotas e sua conclusão se deu em 1883, sua função inicial era atender os oficiais e praças do exército da região. A partir de 1940 passou a ter outros usos, dentre eles: escola, alojamento, prisão militar e política. Nos anos 70, a Enfermaria foi desativada e na década seguinte, depredada. A população local tem diferentes versões para essa história, mas é comum a todas, que o processo ocorreu em uma só noite. As manifestações da população como shows e o próprio “abraço a enfermaria”, demonstram sua importância cultural, que vai além da “pedra e cal”. A Enfermaria foi incluída no Plano de Ação para o Crescimento (PAC), resultando na revitalização do local, que culminará no Centro de Interpretação do Pampa. Esse

espaço terá como função fazer uma interpretação do pampa, expondo a cultura, a natureza, sua história, bem como, todas as peculiaridades da região. Também será um local de pesquisa e extensão administrado pela Universidade Federal do Pampa.

Santa Casa de Caridade de Jaguarão

Kaiene de C. Pereira

As misericórdias eram instituições portuguesas de assistência e caridade que remontam ao período colonial, seguiram a expansão portuguesa, chegando ao Brasil. Todas elas eram regidas por irmandades (associações de homens, mais numerosos, e mulheres, em menor número e participação), personagens da elite local. Em Jaguarão, a instituição era regida pela irmandade da caridade, por isso a designação Santa Casa de Caridade. Sua construção só foi possível graças a doações sem obrigação fiscal com instituição (estado e irmãos). Sua construção foi marcada por uma crise financeira, retardando sua construção que levou 21 anos (1862-1883). Personagens jaguarenses como Dr. Carlos Barbosa, Dr. Alcides Marques, Dr. Hermes Pintos Affonso, entre outros, foram membros da irmandade da caridade e passaram pela provedoria do hospital. Essa misericórdia de caridade e filantropia (esses dois termos são discutíveis na sua intenção), se faz presente até os dias atuais em nossa cidade. A partir de 1908, a instituição deixou o caráter filantrópico e se profissionalizou, sendo administrada pelas irmãs franciscanas até 2009. Sua representatividade como patrimônio está além de pedra e cal, ela está inserida no imaginário da população jaguarenses por sua história de assistência.

PRAÇA DR. ALCIDES MARQUES, NÚMERO 89: UM PRÉDIO, MUITAS HISTÓRIAS...

Kênya J. M. de Paiva

O casarão de arquitetura eclética e tipologia de palacete, provavelmente foi construído por mãos de africanos cativos. Inácio Antonio Vieira, natural de Maldonado, foi o primeiro dono da casa, conseqüentemente, responsável pela sua construção. Apesar de uruguaio, foi batizado e casou-se em Jaguarão. Ao longo de oitenta anos (1815/1900), três gerações da família Vieira ocuparam o casarão. A construção sofreu algumas modificações ao longo do tempo. De acordo com o jornal a folha de 2005, “era um prédio baixo, com telhas de beiral”. O prédio foi reformado no final do século XIX e entregue pronto em 1900, no formato que conhecemos hoje. Em 1903, Maria das Dores Vieira, última moradora da casa, a vendeu para primeiro reitor do Colégio Espírito Santo, Rafael Goris. Porém, desde 1901 o prédio já abrigava o setor administrativo da escola. Com mudança da escola para São Paulo em 1914, o prédio foi doado para as freiras franciscanas, que o usaram por cinco anos, também como escola. Finalmente, foi doado ao Governo do Estado, sendo usado como fórum por mais 50 anos. Em 1995 o Secretário José Maria Carvalho da Silva, representando o Governador do Estado Antonio Britto, assina um termo de cessão de uso do prédio ao Município para a instalação da Casa de Cultura, criada com o intuito de difundir o acesso à cultura e arte a toda população jaguarenses.

Histórias e Memórias da Praça Dr. Alcides Marques

Marcela de Liz

Sem dúvida a praça Dr. Alcides Marques faz parte da história dos jaguarenses, porém, se tornou um lugar tão cotidiano, que às vezes, passa despercebido. Nela estão presentes vários monumentos, placas e bustos, que tentam contar histórias, relembrar acontecimentos, criar laços e identidades. Não se pode precisar ao certo quando praça surgiu, mas conforme aponta o pesquisador Amadeu Azevedo a área em seu entorno teria sido um dos primeiros centros de povoação de Jaguarão, os terrenos ao redor pertenciam em sua maioria a oficiais militares e o espaço da praça servia como depósito de armamentos. A futura cidade foi se organizando e desenvolvendo em seu entorno. À sua volta estavam “as famílias mais importantes; os cafés e bilhares; o local onde se apresentavam atrações como espetáculos eqüestres...”. A praça já teve diversos nomes como Praça da Matriz, Praça 13 de Maio e hoje se chama Dr. Alcides Marques, um dos provedores da Santa Casa de Caridade. Um dia já foi gradeada, já foi alugada, já foi concedida para a construção de quiosques. Muitos traços permaneceram, outros foram modificados. A praça não deve ser vista como um lugar do passado, ela é um espaço do presente, onde a todo o tempo a história está sendo constituída e transmitida em diferentes visões, épocas e modelos.

Mercado Público

Michelle P. de Lima e Josi S. Torman

O Mercado Público de Jaguarão foi finalizado em 1867, após três anos do início de sua construção. O espaço era um local de trocas, convívio e lazer para seus frequentadores. Sua localização próxima ao porto era estratégica, pensada para aproveitar o grande fluxo de pessoas que transitavam por ali. O sucesso das vias fluviais devia-se a precariedade das estradas. Essa conjuntura fez com que o mercado ganhasse força, aproveitando o movimento do local. O mercado que conhecemos hoje, possui dezesseis bancas, que durante boa parte século XIX e XX comercializavam pescados e hortifrutigranjeiros. Hoje em dia, apenas três bancas funcionam, o comércio que movimentava esta área da cidade não existe mais, e este local aos poucos está deixando de exercer suas funções originais. Se antes era um referencial para a população, hoje sofre o abandono, mesmo tendo sido tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) em 1990 pela sua importância histórica, e em 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Existe um projeto em tramite para a revitalização desse espaço, mas ainda não foram implementadas ações nesse sentido.

Igreja Matriz da Imaculada Conceição

Suellen T. Ribeiro

A Igreja Matriz da Imaculada Conceição começou a ser construída em 1903 à mando de Minervina Carolina Corrêa, que até a década de 50, a utilizou como capela particular. Ela assistia as celebrações em lugar de destaque, sentada em sua cadeira cativa. A história por trás da construção da igreja envolve uma lenda, uma possível promessa e muitos contos. É recorrente que após ter sido barrada na Igreja Matriz do

Divino Espírito Santo por ser considerada “impura”, tomou a iniciativa de construir um espaço de culto que pudesse freqüentar livremente com sua família. Da igreja, pode-se destacar o estilo gótico, seu interior revestido com diversos tipos de mármore, a imagem da Santa Imaculada talhada em madeira e revestida em ouro policromado nas dimensões de Minervina, a ponteira alta em sua fachada e cadeira cativa da proprietária talhada em madeira, que refletem a ostentação e a devoção por trás da construção desse espaço. Em 1953, a Igreja foi doada para a Cúria Diocesana. O último pedido de Minervina Carolina Corrêa foi que após sua morte, seus restos fossem enterrados, sob o altar da igreja, mas por determinação da Diocese, acabou sendo enterrada em um anexo ao lado.